

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Diretor Industrial
Osvaldo Abílio Braga

Editor Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

DF - econ. Cooperação vital

A vocação do Distrito Federal para converter-se em um pólo econômico com base no desenvolvimento industrial colhe dificuldades de várias índoles, a primeira delas a necessidade de compatibilizar o processo com a preservação do meio ambiente. Núcleo urbano aberto sobre antigos espaços rarefeitos da demografia nacional, Brasília estendeu-se além do plano inicial de ocupação do solo para abrigar a crescente expansão populacional. Em consequência, tornou-se inevitável dinamizar fatores de produção para gerar empregos, renda tributária ao erário e fluxos de capital para investimentos nas atividades-meio a cargo dos segmentos privados da economia.

Mas as ações do gênero devem desdobrar-se dentro de um projeto diferenciado de desenvolvimento, quer dizer, contido pelas exigências de uma concepção urbana de feição restritiva e, como já se disse, em razão dos aspectos ecológicos que emprestam à área um sentido incoercível de preservação. Seguem daí as muitas barreiras opostas à fecundação das riquezas com base apenas no interesse econômico e, portanto, os naturais desestímulos aos investimentos privados dispostos ao patrocínio de grandes empreendimentos industriais.

Por isso mesmo, há tempos o Governo do Distrito Federal colocou em operação uma política apta a suprir os pressupostos de industrialização ditados pelas circunstâncias e, sem embargo, atrair o interesse de investidores. Fundam-se as diretrizes na oferta de oportunidades especiais às pequenas e médias empresas que se julguem competentes para explorar unidades industriais isentas de efeitos nocivos sobre o meio ambiente. Assim tem sido e, da mesma forma, se espera ocorra sempre, numa ordem de crescimento compatível com a absorção da mão-de-obra ociosa, hoje calculada

em torno de 120 mil desempregados.

Figura dentro de perspectivas reais a liberação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de uma linha de crédito de 50 milhões de dólares ao Governo do Distrito Federal. Trata-se de apoio indispensável e fundamental a um programa de instalação de pequenas e médias indústrias na chamada Área Alfa e nas cidades-satélites e do Entorno. A convicção de que os recursos devem privilegiar os setores de produção de alimentos e a agroindústria está ajustada aos princípios consagrados na política de desenvolvimento. São áreas consumidoras de razoáveis contingentes de mão-de-obra e, também, convenientes às necessidades do abastecimento local. Como se sabe, o Distrito Federal importa alimentos e insumos alimentares de regiões situadas, muitas vezes, a mais de mil quilômetros de distância.

O importante é que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e as agências de crédito e financiamento sob o seu controle compreendam, antes de tudo, o sentido dinâmico a ser dado aos recursos e, depois, sua segura rentabilidade. A ativação de meios produtivos na Capital da República guarda uma natureza estratégica de grande interesse para a União. Abrigo dos poderes da República, é questão vital aqui oferecer condições de sobrevivência a uma população que, prevista para alcançar 500 mil pessoas no ano 2000, já hoje conta com mais de um milhão e 700 mil almas.

A injeção de recursos externos na infra-estrutura do Distrito Federal é condição indispensável à sua sobrevivência econômico-financeira. Como se sabe, as receitas tributárias aqui são insuficientes até para a cobertura de serviços públicos essenciais, quanto mais para fomentar o desenvolvimento por meio de programas robustos e aplicações próprias e de estímulos à iniciativa privada.